

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E POTENCIAL TURÍSTICO: CONCEITOS, POLÍTICAS E FERRAMENTAS

IMMATERIAL CULTURAL HERITAGE AND TOURISM POTENTIAL: CONCEPTS, POLICIES AND TOOLS

Matheus Cássio Blach¹

Resumo

O presente artigo busca analisar a relação entre patrimônio cultural de natureza imaterial ou intangível e Turismo. Assim, realizou-se um levantamento histórico e conceitual a respeito do patrimônio imaterial e das políticas públicas a ele relacionadas. Analisa-se a relação entre patrimônio imaterial e turismo sustentável e, dessa forma, utilizam-se as categorias de campo de experiência e horizonte de expectativas (KOSELLECK, 2006) para fazer reflexões acerca do que é “potencial turístico” e como ele pode ser pensado em um contexto de pós-pandemia da Covid-19. Por fim, apresentam-se ferramentas para oportunizar relações proveitosas e sustentáveis entre o Turismo e as comunidades detentoras dos bens culturais imateriais. Conclui-se que essas ferramentas são itens indispensáveis para atingir os objetivos da promoção do turismo, da salvaguarda das tradições, da valorização das identidades culturais e da melhoria na qualidade de vida dos detentores.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Patrimônio Imaterial. Turismo. Pós-Pandemia.

Abstract

The present article seeks to analyze the relationship between cultural heritage of intangible nature and Tourism. Thus, a historical and conceptual survey of intangible heritage and related public policies were related. The relationship between intangible heritage and sustainable tourism is analyzed, thus, the categories of experience and horizon of expectations (KOSELLECK, 2006) were used to reflect on what is "tourist potential" and how it can be thought of in a post-pandemic context of covid19. Finally, tools are presented to enable profitable and sustainable relationships between sustainable relationships, tourism and the communities that hold intangible cultural intangible. We conclude that these tools are indispensable for achieving the objectives of tourism promotion, safeguarding traditions, valuing cultural identities, and improving the identities and improvement in the holders' quality of life.

Keywords: Cultural Heritage. Intangible Heritage. Tourism. Post-Pandemic.

1 INTRODUÇÃO

Antes de tratar de potencial turístico do patrimônio imaterial é preciso compreender do que exatamente se trata esse conceito e quais são as políticas públicas de reconhecimento e de gestão que incidem sobre esse tipo de bem. A definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), realizada na Convenção para a

¹Historiador, mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Contato: matheuspatrimonio@gmail.com.

Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, em 17 de outubro de 2003, em Paris, na França, e ratificada pelo Brasil em março de 2006, apresenta patrimônio imaterial como:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável. (UNESCO, 2006).

No entanto, a própria Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, já reconhecia a existência dos bens culturais de natureza imaterial, ao tempo em que ampliava o próprio conceito de patrimônio cultural no Brasil:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I – as formas de expressão; II – os modos de criar, fazer e viver; III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (BRASIL, 1988).

Diante dessas garantias constitucionais, o Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (Iphan), órgão responsável pela salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro em nível federal, criou instrumentos e procedimentos adequados para o reconhecimento e gestão do patrimônio cultural de natureza imaterial. Nesse sentido ocorreu a edição do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 – que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) – e consolidou-se o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Em vista dos desafios de gestão suscitados por esse decreto, no ano de 2004, o instituto criou o Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI) para a aplicação de uma política de salvaguarda mais bem estruturada. Posteriormente, em 2010, em face da grande diversidade linguística que se manifesta em todo o território nacional, foi instituído o Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL), pelo Decreto nº. 7.387 de 2010. O INDL é um importante avanço no reconhecimento e valorização das línguas portadoras de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Contudo é primordial ressaltar que a distinção entre patrimônio material e patrimônio imaterial tem, em grande medida, um caráter prático e funcional ligado à aplicação de

políticas públicas e gestão de bens culturais. Enquanto o Iphan cria um departamento específico para lidar com o patrimônio imaterial, ao tempo em que já existia um departamento para o patrimônio material, é fundamental notar que as políticas de salvaguarda do patrimônio cultural, como um todo, precisam ser integradas. Afinal, conceitualmente, é seguro afirmar que todo patrimônio material é dotado de uma certa imaterialidade (valores, significados, narrativas, memórias), sem a qual perderia seu valor. Por outro lado, o patrimônio imaterial também é composto por materialidades associadas às práticas, às representações, às expressões, aos conhecimentos e às técnicas. Nenhum bem tem valor em si mesmo, nem mesmo o valor artístico, estético, pois todo processo de valoração resulta necessariamente de uma atribuição humana que parte de subjetividades e objetividades intrínsecas à experiência cotidiana.

Portanto, apesar das distinções entre essas duas categorias de patrimônio cultural, é amplamente difundido na literatura acadêmica contemporânea que os aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural são essencialmente complementares e indissociáveis (BLACH, 2019, 2020; CASTRIOTA, 2009; FONSECA, 2000). Essa noção é fundada em uma “concepção antropológica de cultura”, cujo enfoque está na “[...] diversidade da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais [...]” (FONSECA, 2000, p. 13).

2 PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO SUSTENTÁVEL

A autora Silvia Martínez (2019) aponta que, cada vez mais, o turismo cultural figura-se como uma solução econômica, sustentável e viável no combate contra a pobreza e a escassez de recursos de comunidades detentoras de bens culturais intangíveis. No entanto a mesma autora ressalta que esse tipo de turismo requer especial atenção devido à necessidade de estar alinhado com os pressupostos da salvaguarda dos bens culturais. Nesse sentido, essas práticas devem estar em sintonia com o desenvolvimento sustentável das comunidades e de seus bens culturais, reforçando e valorizando suas tradições e sua identidade.

Essa ressalva se faz absolutamente necessária diante de inúmeros casos em que o desenvolvimento do turismo local, em comunidades detentoras de bens culturais imateriais, acabou levando à imposição de uma lógica financeira de mercado. Nesses casos, essa lógica rompe com o caráter tradicional e identitário das comunidades e dessacraliza processos e práticas culturais que a princípio foram os atributos que garantiram a valorização e o próprio potencial turístico daquele território e/ou produtos.

Trevor Marchand (2003), ao analisar o patrimônio edificado de países do norte da África, chega a uma abordagem na qual aponta a importância de se proteger e valorizar o *processo* social pelo qual são atribuídos valores aos bens culturais. Assim, ao fazer um estudo

de caso sobre as construções tradicionais das cidades de Djenné, no Mali, e Sana'a', no Iêmen, Marchand (2003) traz o ofício dos construtores ali existentes para o centro de sua análise. A proposta do autor é que seja dada maior atenção ao *processo*, sem, no entanto, diminuir a importância dos *produtos*. Para ele, frente aos perigos representados pelo caráter homogeneizador da globalização, naquele contexto, seria mais importante preservar o próprio processo social por meio do qual as técnicas tradicionais de construção são repassadas, a dinâmica própria pela qual a cultura se mantém viva.

Uma consequência negativa do turismo ligado ao patrimônio imaterial é quando essas tradições, ou parte delas, são apropriadas de forma indevida, tornando-se atributos da moda e do consumo. Em muitos casos, mediante a grande valorização e promoção dos bens culturais imateriais, por meio da propaganda e do Turismo, o que se tem é uma exacerbação dos *produtos*. Um dos exemplos mais notórios é o caso de uma estilista francesa que, ao visitar Santa Maria Tlahuitoltepec, no México – visita provocada pela promoção do turismo cultural baseado em comunidades tradicionais –, encanta-se com os bordados e indumentárias tradicionais produzidas há mais de 600 anos pela comunidade. No ano de 2015, a mesma estilista lança uma coleção que notoriamente copiava o trabalho da comunidade, tendo sido processada por plágio.

Figura 1- Fotomontagem apresentando à esquerda as detentoras do saber tradicional local de Santa Maria Tlahuitoltepec e à direita a peça de roupa da grife da estilista francesa que plagiou o produto daquela cultura.



Disponível em: <https://ffw.uol.com.br/blog/moda/estilista-francesa-isabel-marant-e-acusada-de-plagio/>.
Acesso em: 21 maio 2019.

Apesar de a mencionada estilista ter arcado com as consequências de seu ato, é importante analisar o tipo de impacto que ela possivelmente causou naquela cultura. Essa discussão leva à análise da relação entre *processo* e *produto*. A estilista copiou o produto final de um processo de fabricação que é tradicional e centenário, o que poderia, por exemplo, ter

como consequência a dessacralização da prática cultural para a comunidade e o fim daquela tradição.

No Brasil, por exemplo, temos o reconhecimento da Arte Kusiwa, que é um sistema de representação gráfico próprio dos povos indígenas Wajãpi, do Amapá, que sintetiza seu modo particular de conhecer, conceber e agir sobre o universo. Como patrimônio imaterial, a Arte Kusiwa – pintura corporal e arte gráfica Wajãpi – foi inscrita no Livro de Registro das Formas de Expressão, em 2002. No ano seguinte, recebeu da Unesco o título de Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade.

Figura 2- Pintura Corporal Wajãpi.



Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/54>. Acesso em: 21 maio 2019.

A grande notoriedade e difusão dada a esse sistema de representação dos Wajãpi incorre, por exemplo, na apropriação indevida desse bem cultural como atributo da moda. Nesse caso, e em diversos outros ligados a pinturas corporais sagradas de povos indígenas e tradicionais, utiliza-se o exemplo de artistas tatuadores que se posicionam no mercado como especialistas nesse “tipo” de tatuagem (Figura 3).

Em outros casos, os grafismos foram e continuam sendo apropriados e aplicados nos mais diversos contextos, levando ao mencionado processo de dessacralização, uma vez que a técnica, ou seja, o processo que leva ao produto final, é fruto de um saber tradicional milenar e, muitas vezes, secreto dos povos tradicionais. Quando o produto é resultado de um processo dessacralizado, industrializado e indevidamente apropriado, pode gerar uma grande ofensa

para a comunidade detentora, ao ver seu bem cultural “sequestrado” de seu contexto original. Esse processo pode levar, inversamente ao desejável, à desvalorização da cultura local pela própria comunidade, incorrendo em um possível abandono e extinção dessas práticas tradicionais, perdendo, assim, o seu potencial para o turismo.

Figura 3 - Fotomontagem de diversos tipos de grafismos de povos indígenas e tradicionais aplicados fora de contexto.



Montagem realizada pelo autor, a partir de pesquisa no Google Imagens.

Esse cenário parcialmente hipotético, desenhado nas linhas acima, é um alerta para que o Turismo nas comunidades detentoras seja pensado de maneira sustentável, como preconiza, segundo listado por Martínez (2019), o consenso internacional apresentado pela Organização das Nações Unidas (ONU), nos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030. A autora destaca o objetivo de número 8, que é o de “[...] elaborar e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera empregos e promove a cultura e os produtos locais [...]” (ONU, 2015 *apud* MARTÍNEZ, 2019, p. 259). Somando-se a esse objetivo, a autora ainda relembra que “[...] o art. 4º do Código de Ética Mundial para o Turismo (OMT, 1999a) recomenda a proteção do patrimônio, seja natural, artístico, arqueológico ou cultural para que continue a existir [...]” (MARTÍNEZ, 2019, p. 259).

Da mesma forma, em relação aos produtos vivos, como o folclore e os ofícios tradicionais, a diretriz é que continuem a reproduzir-se e mantenham sua diversidade, em vez de serem pressionados a homogeneizar-se. (MARTÍNEZ, 2019, p. 259).

No entanto, apesar dos riscos aqui destacados, representados por práticas ligadas ao Turismo que podem ser fruto de mal planejamento ou falta de conhecimento dos valores e prioridades no que diz respeito à proteção do patrimônio cultural, “[...] segmentos como o

turismo comunitário rural, ecoturismo, turismo agrário e etnoturismo sugerem uma relação positiva entre os bens e o turismo sustentável em que aqueles são uma espécie de insumo deste [...]” (MARTÍNEZ, 2019, p. 259).

Nesses casos, quando as prioridades são bem definidas e o planejamento bem executado, o Turismo torna-se um ativo da preservação do patrimônio cultural e uma alavanca para o desenvolvimento sustentável das comunidades. Os resultados revertem-se, então, na melhoria da qualidade de vida dos detentores e na valorização de suas identidades culturais, respeitando os seus direitos de propriedade intelectual sobre suas tradições, seus processos e seus produtos.

3 POTENCIAL TURÍSTICO NO CONTEXTO ATUAL

Quando surgiu a ideia de abordar o tema trabalhado neste artigo, vivia-se em um mundo diferente do que se apresentou no momento de sua escrita. A pandemia da doença Covid-19, provocada pelo novo coronavírus Sars-CoV-2, que se instaurou no ano de 2019/2020, leva obrigatoriamente à reflexão a respeito de como potenciais identificados naquele contexto anterior irão se comportar em um mundo pós-pandemia.

Para tanto, inicia-se essa reflexão com a definição da própria palavra “potencial.” Segundo o dicionário Michaelis², a palavra diz respeito a algo que “[...] existe de forma virtual ou latente [...]” e que se refere “[...] apenas a possibilidade e não realidade [...].” Em relação ao campo da Filosofia, ainda segundo o dicionário, o significado da palavra está ligado ao aristotelismo e representa “[...] o que ainda não foi atingido plenamente [...].” Assim, é possível inferir que aquilo que representa potencial está associado a um atributo latente, ainda não desenvolvido em sua plenitude, ou seja, parte da percepção dessa própria potencialidade em um dado presente. Sua latência ou aptidão para atingir a plenitude refere-se a uma projeção para o futuro, no caso desta análise, um futuro desejável.

Essa discussão se alinha com as categorias propostas por Reinhart Koselleck (2006): “campo de experiência” e “horizonte de expectativas.” O autor propõe essas categorias para fazer uma análise do tempo histórico da historiografia. As categorias implicam que cada historiador lança seu olhar sobre a História a partir de um ponto singular do presente, em que seu conhecimento sobre o passado e suas expectativas sobre o futuro se entrecruzam em sua própria narrativa.

Ou seja, cada indivíduo se situa temporalmente em um ponto entre o passado e o futuro e, a partir deste ponto específico, seu olhar é limitado pelo “alcance” que seu campo de experiência e seu horizonte de expectativas exercem sobre sua “visão.” Fazendo uma

² <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=9o9wj>

analogia a partir das categorias do autor, quando se fala em potencial turístico neste artigo, refere-se à análise de um *campo de experiência* em dado presente sociocultural em que se identificaram indícios da possibilidade de desenvolvimento de um futuro desejável em um *horizonte de expectativas*. Em termos gerais, o “futuro desejável” para a prática do turismo sustentável nas comunidades tradicionais, que envolvem os bens culturais imateriais, ainda permanece. Seus objetivos gerais mais amplos, que visam à garantia da melhoria da qualidade de vida das comunidades, à preservação de suas práticas culturais tradicionais e à valorização de suas identidades culturais se mantêm.

No entanto, quanto aos objetivos mais específicos de cada comunidade e quanto aos procedimentos e às estratégias a serem adotados, isso não pode ser dito. Se a base de qualquer projeção para qualquer futuro desejável é a identificação das potencialidades no presente, é seguro afirmar que a pandemia de 2020 tornou esse cenário analítico bastante nebuloso. É notório que o novo vírus está circulando e afetando diversas comunidades tradicionais que, em muitos casos, têm condições precárias de acesso à saúde e infraestrutura. Os impactos que essa pandemia está causando nas comunidades detentoras de bens culturais imateriais ainda precisam ser avaliados. O que implica dizer que, em um contexto pós-pandemia, novos potenciais podem surgir, como também diversos outros, dos quais se tinha um *horizonte de expectativas* bem delineado, podem desaparecer.

Assim, os conceitos, políticas e ferramentas aqui elencados deverão ser reavaliados e repensados conforme essa nova realidade global se configurar. Algumas hipóteses e indicações mais óbvias já são previsíveis, como a necessidade de cuidados especiais com a propagação de doenças, como a Covid-19, que podem ser disseminadas por turistas, nas comunidades tradicionais, indígenas e entre os mestres de cultura.

4 QUATRO FERRAMENTAS DE GESTÃO PARA UMA RELAÇÃO FRUTÍFERA ENTRE PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO SEGUNDO SILVIA MARTÍNEZ³

A autora Silvia Martínez, em seu artigo “O Patrimônio Cultural Imaterial como ativo para o Turismo sustentável”, publicado em 2019, na Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sua 39ª edição, apresenta quatro ferramentas de gestão que, segundo a autora, podem propiciar uma relação harmoniosa entre o desenvolvimento do turismo sustentável nas comunidades detentoras e a salvaguarda de seu patrimônio imaterial.

³ Silvia Martinez é Mestre em Sociologia Política e Políticas Sociais pela Universidad Nacional de San Marcos (Peru) e Negociação e Gestão da Cooperação Internacional da Universidad Alberto Hurtado (Chile). É coordenadora de cooperação multilateral no Ministério da Educação do Peru e na Comissão Nacional de Cooperação do Peru com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Foi responsável pela implementação do Centro Regional para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial da América Latina (Crespial), vinculado à Unesco.

Reivindicação de autenticidade, ausência de investimento do Estado, reprodução de padrões tradicionais de dominação e apropriação cultural são preocupações que emergem após a patrimonialização e que exigem respostas dos governos perante os cidadãos detentores de patrimônio cultural imaterial. (MARTÍNEZ, 2019, p. 268).

Diante da complexidade desses possíveis problemas a serem enfrentados é que surge a necessidade de um planejamento cauteloso por parte daqueles que pretendem intervir nas comunidades. Por meio dos exemplos listados neste artigo, foi possível ver que mesmo ações que visam à valorização do patrimônio podem ter resultados indesejados ou mesmo desastrosos. Assim, a primeira ferramenta de gestão apresentada pela autora diz respeito ao planejamento participativo. Os atores sociais (representantes, lideranças, sociedade civil organizada) ligados às comunidades detentoras precisam ser identificados e estabelecidos canais de comunicação e de participação nas tomadas de decisão. Assim, poderão ser identificados os interesses e as necessidades das comunidades, como também os possíveis pontos de conflito e de consenso (MARTÍNEZ, 2019). Somente a partir dessa relação é que será possível falar em “potencial turístico.”

Um dos resultados mais valiosos da implementação da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco (2003) tem sido a geração de participação cidadã, uma vez que o envolvimento na discussão gera um compromisso com o exercício da cidadania. (MARTÍNEZ, 2019 p. 269).

A segunda ferramenta diz respeito a oportunizar espaços de diálogo e produção de consensos para criar-se um “sistema de valores justos.” Segundo o relato da autora, em uma oficina realizada com artesãos do Paraguai, foi posto que o mercado não pagava um preço justo, correspondente às horas de trabalho. Assim, esses mesmos artesãos se viram desmotivados a continuar ensinando o ofício às novas gerações, ameaçando a continuidade daquele saber-fazer tradicional. Assim, segundo a autora, é necessária:

[...] a geração de espaços de debate e consenso em torno das manifestações culturais, especialmente as que têm maior continuidade ao longo do tempo. [...] É necessário estabelecer sistemas de valores justos para não comprometer a continuidade das expressões culturais. (MARTÍNEZ, 2019, p. 296).

A terceira ferramenta da autora diz respeito à atuação das instituições e à presença do Estado. Para que uma comunidade possa se desenvolver usufruindo do Turismo, ao tempo em que preserva suas tradições e oferece condições ao turista de obter uma experiência satisfatória, é necessário que os detentores tenham acesso a uma boa infraestrutura. O combate à desigualdade social e a apresentação de oportunidades niveladas de salário, saúde e educação são fundamentais para garantir que a comunidade tenha participação efetiva nesse mercado, com o menor risco de impactos negativos.

A OMT (2013) recomenda a criação de espaços ou instalações que sirvam para expô-lo; a combinação ou o entrelaçamento de atrações turísticas para criar um conjunto temático com maior apelo de mercado; o desenvolvimento de novos roteiros,

circuitos ou redes de bens; o uso de circuitos existentes ou a revitalização de redes, como os itinerários de peregrinação; e o uso ou fortalecimento de festivais e eventos. (MARTÍNEZ, 2019, p. 270-271).

A quarta e última ferramenta apresentada por Sílvia Martínez é o reconhecimento das especificidades de cada bem cultural e de cada comunidade detentora. Cada processo e cada produto resultante dessas culturas e tradições são únicos e seguem uma lógica própria que respeita e incorpora os elementos que lhe são garantidores de potencial turístico e valor identitário.

Por exemplo, no caso do artesanato, o interesse está focado em direitos coletivos; no caso de festivais e peregrinações, o ponto principal é o uso do espaço público; no caso da música, a atenção pode estar voltada para as formas de transmissão através da educação formal e não formal. Essas questões colocam novos desafios para o desenvolvimento do patrimônio e para a mediação dos níveis de conflito em torno dele. (MARTÍNEZ, 2019, p. 271).

Assim, a função, estratégias e objetivos do Turismo vão ser diferentes para cada caso e, por isso, é fundamental reconhecer as especificidades e planejar a intervenção turística em cada território.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância do patrimônio cultural tem se tornado cada vez mais expressiva nas últimas décadas. O tema do Patrimônio Cultural despertou um crescente interesse na contemporaneidade. Atualmente, existe uma ampla literatura acadêmica produzida pela História, pela Arquitetura e pelas Ciências Sociais, resultando em várias referências nesse campo. Como foi visto, o campo do patrimônio também se traduz em um amplo leque de conceitos, leis, instrumentos e ferramentas.

De fato, nunca se falou tanto sobre preservação do patrimônio e da memória, nunca tantos estiveram envolvidos em atividades ligadas a ele, nunca se forjaram tantos instrumentos para se lidar com as preexistências culturais. Entramos no século XXI com o patrimônio ocupando um papel central na reflexão não só sobre a cultura, mas também nas abordagens que hoje se fazem do presente e do futuro das cidades, do planejamento urbano e do próprio meio-ambiente. (CASTRIOTA, 2009, p. 11).

O patrimônio cultural de natureza imaterial ganha cada vez mais destaque nesse cenário e sua importância é revelada mesmo quando se tem em mente bens culturais de natureza material. Tornou-se indissociável a relação entre os bens culturais e suas imaterialidades, seus valores atribuídos, seus múltiplos significados apropriados e difundidos.

A notoriedade e grande valor que passa a ser atribuído ao patrimônio imaterial leva também à exploração de seus potenciais turísticos e mercadológicos. Tais práticas, conforme foi visto, se realizadas sem planejamento, sem conscientização dos significados do patrimônio

imaterial e sem conhecimento do processo de salvaguarda, podem trazer resultados desastrosos para a comunidade e, contraditoriamente, impactar de forma negativa a própria origem daquilo que lhe garantiu valor e potencial. Os riscos promovidos pela falta de planejamento podem ser agravados em situações peculiares, como a atual pandemia da Covid-19, que afeta sobremaneira grande parte das comunidades tradicionais detentoras.

Desse modo, foram apresentadas quatro ferramentas de gestão para produzir uma relação harmoniosa entre patrimônio imaterial e turismo sustentável: o planejamento, a garantia de participação das comunidades, sistemas de valores justos, a infraestrutura e a atuação segundo a especificidade de cada bem cultural (MARTÍNEZ, 2019). Tratam-se de itens indispensáveis para atingir os objetivos da promoção do turismo, da salvaguarda das tradições, da valorização das identidades culturais e da melhoria na qualidade de vida dos detentores.

REFERÊNCIAS

- BLACH, M. C. O IPHAN na contemporaneidade: a ampliação do conceito de patrimônio cultural pós-1970. **Patrimônio Cultural Cidade e Memória**, 2019. Disponível em: <https://www.patrimoniocultural.com.br/blog/o-iphan-na-contemporaneidade-a-ampliação-do-conceito-de-patrimônio-cultura>. Acesso em: 13 set. 2020.
- BLACH, M. C. **Patrimônio Natural & Desenvolvimento Sustentável: história, conceitos e estudo de caso**. Timburi/SP: Cia do Ebook, 2020.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- CASTRIOTA, L. B. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- FONSECA, M. C. L. Referências Culturais: Base para novas políticas de patrimônio. **Políticas Sociais: acompanhamento e análise**, n. 2, p. 111-119, 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4175/1/bps_02_completo.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.
- KOSELLECK, R. **Futuro Passado: uma contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.
- MARCHAND, T. H. J. Process over Product: Case Studies of Traditional Building Practices in Djenne, Mali and San'a', Yemen. In: TEUTONICO, J. M; MATERO, F. (eds.). **Managing Change: Sustainable Approaches to the Conservation of the Built Environment**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2003. p. 137-159.
- MARTÍNEZ, S. O patrimônio cultural imaterial como ativo para o turismo sustentável. **Revista do Patrimônio**, n. 39, 2019. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/revistadopatrimonio39web.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por.%20%20Ac. Acesso em: 20 set. 2020.